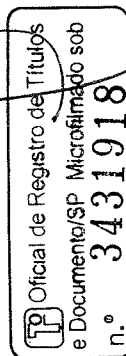


28 DEZ 2011 1023844

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS FIDEJUSSÓRIA E REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA INBRANDS S.A.

ENTRE

INBRANDS S.A.
Emissora

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
Agente Fiduciário

E

COMPANHIA DE MARCAS
Garantidora

22 DE DEZEMBRO DE 2011

3ºRTD-RJ-Reg. n.º 1023844

Emolumentos	R\$	387,05
Distribuidor	R\$	15,25
Mutua/Acotarj	R\$	9,63
Fely/Fundperi/Funperi	R\$	118,88
Total	R\$	530,81

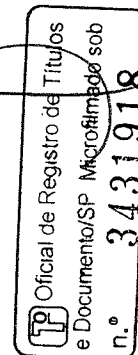


1

[Handwritten signatures and marks]

28 DEZ 1023844

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS FIDEJUSSÓRIA E REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA INBRANDS S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado

INBRANDS S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Rua Coronel Luis Barroso, n.º 151, CEP 04750-030, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.054.385/0001-44, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora" ou "Inbrands"),

e, de outro lado

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida das Américas, n.º 500, bl. 13, sala 205, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula II) da presente emissão (os "Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"),

e como fiadora, devedora solidária e principal pagadora das Debêntures,

COMPANHIA DE MARCAS, sociedade por ações, com sede na Rua São Miguel, n.º 11 (parte), CEP 20530-420, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 29.557.105/0001-28, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Garantidora"),

vem, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Fidejussória e Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Inbrands S.A. (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

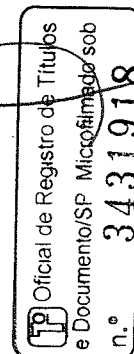
**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES**

1.1 A presente Escritura é firmada pela Emissora com base na deliberação da sua Assembléia Geral Extraordinária realizada nesta data (a "AGE Emissora"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão (conforme definida na Cláusula II), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), bem como na deliberação da Reunião de seu Conselho de Administração realizada nesta data (a "RCA Emissora"), na qual foi deliberada a concessão da Garantia Real (conforme definida na Cláusula 5.2.1). A presente Escritura é firmada pela Garantidora com base na deliberação de sua Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data ("AGE Garantidora"), na qual foram deliberadas as condições para sua prestação de Garantia Fidejussória e da Garantia Real (conforme definidas nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1).

1.2 Nos termos da Assembleia Geral Extraordinária da VR Indústria e Comércio do Vestuário S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Coronel Luis Barroso, n.º 151, CEP 04750-030, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 12.950.079/0001-09 ("VR") realizada nesta data ("AGE VR") foram deliberadas as condições para prestação da Garantia Real (conforme definida na Cláusula 5.2.1) pela VR e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária da SLN



03



Indústria de Roupas S.A., sociedade por ações, com sede na Rua São Miguel, n.º 11 (parte), CEP 20530-420, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob n.º 006368154/0001-17 ("SLN") realizada nesta data ("AGE SLN") e, em conjunto com a AGE Emissora, RCA Emissora, AGE Garantidora e AGE VR as "Aprovações Societárias") foram deliberadas as condições para prestação da Garantia Real (conforme definida na Cláusula 5.2.1) pela SLN.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A presente 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Fidejussória e Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Inbrands, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, (a "Instrução CVM 476"), será realizada com observância dos seguintes requisitos (respectivamente a "Emissão" e as "Debêntures"):

2.1. Registro na CVM

A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro prévio de distribuição pública perante a CVM.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas das Aprovações Societárias

2.2.1. A ata da AGE Emissora foi protocolada para arquivamento, e deverá ser registrada, na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) no jornal Valor Econômico, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA Emissora foi protocolada para arquivamento, e deverá ser registrada, na JUCESP e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) no jornal Valor Econômico, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

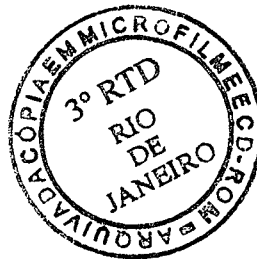
2.2.3. A ata da AGE Garantidora foi protocolada para arquivamento, e deverá ser registrada, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e (ii) no jornal Diário Comercial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.4 A ata da AGE VR foi protocolada para arquivamento, e deverá ser registrada, na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial da União e (ii) no jornal Diário Comercial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

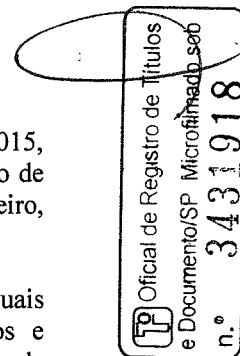
2.2.5. A ata da AGE SLN foi protocolada para arquivamento, e deverá ser registrada, na JUCERJA será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e (ii) no jornal Diário Comercial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP e Registro no Cartório de Títulos e Documentos

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.



04



2.3.2. Em virtude da fiança prestada pela Garantidora e nos termos do artigo 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 conforme alterada, a presente Escritura será registrada no Registro de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.3.3. A Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário vias originais da Escritura e de eventuais Aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP e registradas nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 05 (cinco) dias contados da respectiva data da concessão do registro.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente na CETIP; e (b) negociação, observado o disposto no item 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 2.4.2) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 de referida Instrução.

2.5. Dispensa do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.5.1. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

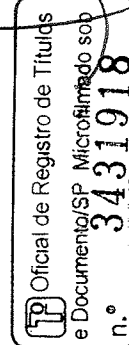
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 3º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social (i) a industrialização, comercialização, importação e exportação de roupas e acessórios do vestuário em geral, incluindo artigos esportivos, óculos, bolsas, chapéus e calçados de qualquer espécie; artigos de higiene, perfumaria, cosméticos, produtos aromáticos, artigos para iluminação, relógios, filmes e CDs, jornais, revistas e impressos, guarda-chuva, tendas, metais e pedras preciosas e suas ligas, jóias, bijuterias, enfeites e ornamentos para festas e decorações em geral, produtos derivados do plástico, borrachas e similares, couros, peles e suas imitações, fios e tecidos em geral para tecelagem e uso comum, miudezas de armarinho em geral, jogos, brinquedos, artigos para fumantes, consultoria e assessoria, administração e representação; (ii) o licenciamento de marcas, próprias ou de terceiros; (iii) o desenvolvimento de coleções; (iv) a prestação de serviços de publicidade; (v) a promoção de “shows”, produtos, jogos, eventos, exposições; (vi) a administração de bens e direitos comerciais próprios, como propriedade intelectual e/ou industrial de serviços, comércio e indústria;



05



(vii) criação e administração de franquias próprias e/ou de terceiros; (viii) a representação por conta própria e/ou de terceiros dos produtos e serviços acima referenciados; (ix) ampliação de seus negócios e serviços de cartão de crédito e aplicação no mercado financeiro; (x) venda de produtos por meio de comércio eletrônico (e-commerce); (xi) fabricação, fornecimento e comercialização de mobiliários, bem como material de marketing e itens de imagem e som; e (xii) a participação, direta ou indireta, em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, bem como por meio de associação ou cooperação.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

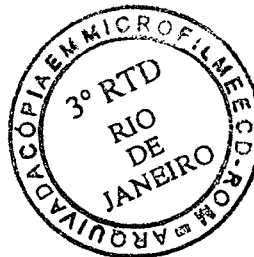
3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de colocação, limitado ao Valor Total da Emissão, para a totalidade das Debêntures, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Fidejussória e Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Inbrands S.A. ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e Banco Votorantim S.A. ("Banco Votorantim") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Bradesco BBI, os "Coordenadores") de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

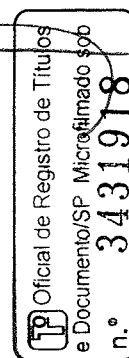
3.5.2. A Emissora não poderá realizar uma outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM, nos termos do Art. 9º da Instrução CVM 476.

3.5.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da cláusula 3.5.3.2 abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).



06



3.5.3.2. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (os "Investidores Qualificados").

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; (iii) efetuou sua própria análise sobre constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido na Cláusula 5.2.1); e (iv) se as Garantias deixarem de estar registradas nos órgãos competentes, as Garantias deixarão de estar devidamente constituídas e de ser oponíveis a terceiros.

3.5.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

3.6. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1. Para fins da presente Emissão, o banco mandatário será o Itaú Unibanco S.A. com endereço na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar, São Paulo/SP, CEP 04309-010 e inscrito no CNPJ/MF sob o n. 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e a instituição depositária será a Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar, São Paulo/SP, CEP 04309-010 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da presente Emissão serão destinados: (i) ao alongamento do passivo da Emissora e de empresas que sejam, nos termos da lei, coligadas ou controladas da Emissora; (ii) ao pagamento de aquisições realizadas pela Emissora; e (iii) reforço do capital de giro da Emissora, inclusive para fins de pagamento de futuras aquisições, e empresas que sejam, nos termos da lei, coligadas ou controladas da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

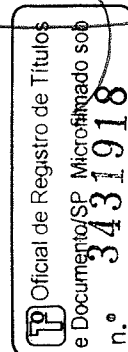
4.1. Características Gerais

4.1.1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").



07



4.1.2. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 22 de dezembro de 2011 (“Data de Emissão”).

4.1.3. Quantidade de Debêntures Emitidas

Serão emitidas 250 (duzentas e cinquenta) Debêntures em uma única série, totalizando R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento

O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data da Emissão, vencendo, portanto, em 22 de dezembro de 2016 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VIII abaixo. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.3.1.9) das Debêntures, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.3 abaixo, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento da referida Remuneração.

4.1.5. Espécie

As Debêntures são da espécie quirografária com garantias adicionais fidejussória e real.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, enquanto as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.1.8. Conversibilidade

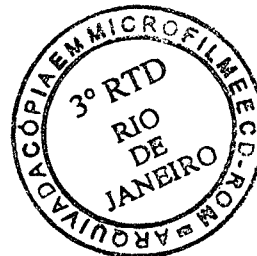
As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Prazo de Subscrição

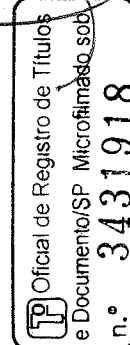
As Debêntures serão subscritas a qualquer tempo a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.1.10. Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização

As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição e em uma única data (“Data de Integralização”), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário.



08



4.2. Amortização

4.2.1. A amortização do principal das Debêntures será realizada de forma escalonada, conforme as datas e percentuais indicados a seguir, sendo cada uma das datas uma “Data de Amortização”:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO
22 de junho de 2013	5,0000%
22 de dezembro de 2013	5,0000%
22 de junho de 2014	10,0000%
22 de dezembro de 2014	10,0000%
22 de junho de 2015	15,0000%
22 de dezembro de 2015	15,0000%
22 de junho de 2016	20,0000%
22 de dezembro de 2016	20,0000%

4.3. Remuneração

4.3.1. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média dos depósitos interfinanceiros, denominada Taxa DI Over “Extra Grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, apurada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página de internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* de 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento Efetivo da Remuneração (conforme definido na Cláusula 4.4) imediatamente anterior, conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização, até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, ou ainda na hipótese de Resgate Antecipado, conforme o caso) (“Remuneração”).

4.3.1.1. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de “Spread”, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

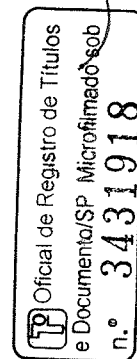
VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$



09



onde:

FatorDI = produtório dos fatores das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até “ n ”;

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “ n ” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

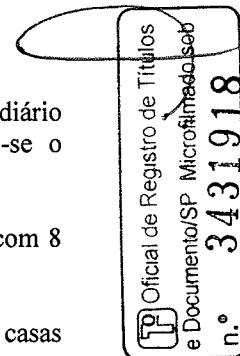
$\text{spread} = 3,2500$ (dois inteiros e vinte e cinco décimos de milésimos) ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = É o número de Dias Úteis entre a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento Efetivo da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a Data Atual, exclusive, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.



10



Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, inclusive a Remuneração, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

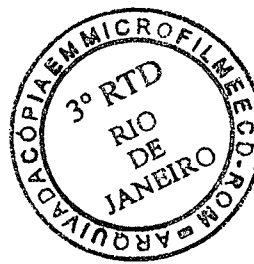
4.3.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência de Taxa DI”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (conforme definido na Cláusula XI) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). Referida AGD será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.3.1.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos encargos financeiros das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

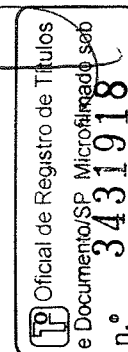
4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente, a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento Efetivo da Remuneração, conforme o caso, até a data do

10



11



efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

(b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 11.2.2), não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento efetivo da Remuneração continuará sendo aquele estabelecido na Cláusula 4.4 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de remuneração proposto pelos Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação na AGD mencionada na Cláusula 4.3.1.3 acima. Caso referido parâmetro de remuneração seja referenciado em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, este deverá ser ajustado de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

4.3.1.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a nova Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente, a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

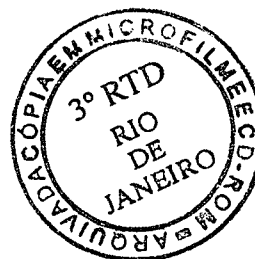
4.3.1.7. A Garantidora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.3.1.2 a 4.3.1.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a garantia prevista na Cláusula 5.1 abaixo válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Garantidora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

4.3.1.8. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na Data de Pagamento Efetivo da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento Efetivo da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento Efetivo da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3.1.9. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas na Cláusula 4.2 acima.

4.3.1.10. Farão jus à Remuneração e a qualquer pagamento relativo à amortização das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento Efetivo da Remuneração e a cada Data de Amortização, respectivamente.

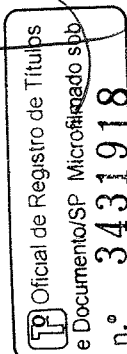
11



4.4. Pagamento da Remuneração

O pagamento efetivo da Remuneração será feito em parcelas semestrais, sem carência, a partir da Data de Emissão, coincidindo, quando aplicável, com a respectiva Data de Amortização, conforme tabela a seguir, cada uma, uma “Data de Pagamento Efetivo da Remuneração”:

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO EFETIVO DA REMUNERAÇÃO
1	22 de junho de 2012
2	22 de dezembro de 2012
3	22 de junho de 2013
4	22 de dezembro de 2013
5	22 de junho de 2014
6	22 de dezembro de 2014
7	22 de junho de 2015
8	22 de dezembro de 2015
9	22 de junho de 2016
10	22 de dezembro de 2016



4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, pelo Banco Mandatário.

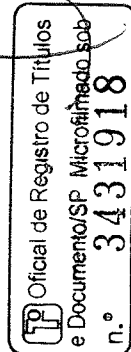
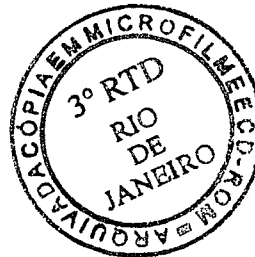
4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1 Para os fins desta Escritura, considera-se Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional e que haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Dia Útil” e, no plural “Dias Úteis”).

4.6.2. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes desta Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da Remuneração e/ou na Data de Amortização ou do comunicado.

4.9. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.10. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados em decorrência desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados sob forma de "Aviso aos Debenturistas" nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, os quais nesta data correspondem ao Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal Valor Econômico, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.inbrands.com.br>). A publicação de qualquer Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.11. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.

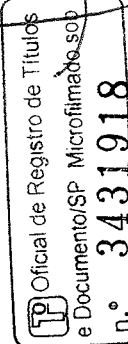
CLÁUSULA V GARANTIAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Garantia Fidejussória

5.1.1. A Garantidora neste ato obriga-se, de forma solidária, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e responsável pelo fiel e pontual pagamento da totalidade das obrigações da Emissora nos termos das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia (conforme definido na Cláusula 5.2.2), de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração e os Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura e do Contrato de Garantia, incluindo a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e/ou do Contrato de Garantia, inclusive verbas de caráter indenizatório ("Valor Garantido" e "Garantia Fidejussória").



14



5.1.2. A Garantidora se obriga a pagar o Valor Garantido, nos termos das cláusulas acima, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e à Garantidora, informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.

5.1.3. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333 parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro 2002, conforme alterada (o "Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o "Código de Processo Civil").

5.1.4. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, o Valor Garantido, observado, entretanto, que a Garantidora desde já concorda e se obriga a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado nos termos da garantia fidejussória aqui prevista somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura, exceto na medida em que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência. Ressaltado que, em hipótese alguma, eventual discussão judicial entre a Garantidora e Debenturista(s) implicará atraso ou suspensão de cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e Garantidora nesta Escritura.

5.1.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, exceto se tal obrigação tiver sido cumprida pela Emissora.

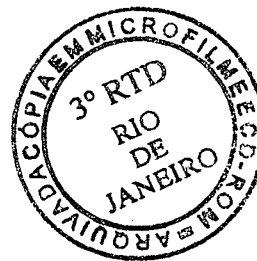
5.1.6. A garantia fidejussória aqui estabelecida entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

5.1.7. Até a liquidação integral das obrigações da Emissora estabelecidas nesta Escritura e no Contrato de Garantia, a Garantidora se compromete a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora o pagamento de qualquer valor pago em decorrência da garantia aqui prestada, seja por sub-rogação ou a qualquer outro título. Caso a Garantidora receba qualquer pagamento da Emissora antes da liquidação integral do Valor Garantido, a Garantidora receberá tais valores em caráter fiduciário e se compromete a, independentemente de notificação ou outra formalidade, transferir imediatamente ao Agente Fiduciário, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, até o limite do saldo devedor do Valor Garantido, os recursos então recebidos.

5.1.8. A fiança prestada pela Garantidora nos termos desta Cláusula 5.1 vincula a Garantidora, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, devendo esta, ou seus sucessores, a qualquer título, assumirem prontamente a fiança aqui prestada. Nesta hipótese, a presente Escritura deverá ser aditada para que constem os dados da(s) sociedade(s) sucessora(s) da Garantidora.

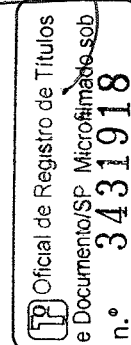
5.1.9. Para fins de verificação da suficiência da Garantia Fidejussória, foi disponibilizada ao Agente Fiduciário a documentação necessária para comprovar o valor do ativo total da Garantidora, o qual, é suficiente para garantir mais de 100% (cem por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão.

14



5.2 Garantia Real

5.2.1. As Debêntures serão garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, Garantidora, VR e SLN, representados por carteira de recebíveis performados de cartão de crédito e/ou débito utilizados em estabelecimentos da Emissora, Garantidora, VR e SLN (“Garantia Real” e, em conjunto com a Garantia Fidejussória, as “Garantias”), sendo que o valor de tal carteira de recebíveis nunca poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário não amortizado da totalidade das Debêntures acrescido da Remuneração incidente (“Saldo Mínimo”). Na hipótese de os direitos creditórios representados por carteira de recebíveis performados de cartão de crédito e/ou débito objeto da Garantia Real representarem um valor inferior ao Saldo Mínimo, porém igual ou superior a 15% (quinze por cento) do Valor Nominal Unitário não amortizado da totalidade das Debêntures acrescido da Remuneração incidente, a Emissora, Garantidora, VR e/ou SLN poderão, para que o Saldo Mínimo seja atingido, ceder fiduciariamente direitos creditórios adicionais de sua titularidade representados por recebíveis em cobrança bancária registrada, nos termos do Contrato de Garantia.



5.2.1.1. A verificação do Saldo Mínimo será realizada nos termos do Contrato de Garantia.

5.2.2. De forma automática (isto é, sem ser necessária qualquer autorização adicional da Emissora ou deliberação dos Debenturistas) e independentemente de qualquer formalidade adicional, incluindo, sem limitar, qualquer Aditamento a esta Escritura, a Garantia Real será constituída por instrumento próprio e em separado da presente Escritura, a ser celebrado entre a Emissora, Garantidora, SLN, VR, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e demais partes e registrado nos registros públicos competentes (“Contrato de Garantia”).

5.2.3. O Contrato de Garantia deverá ter sido firmado e registrado nos registros públicos competentes até a Data de Integralização. Em até 60 (sessenta) dias a contar da Data de Emissão deverão ter sido observadas as demais formalidades para que a Garantia Real esteja devidamente constituída, incluindo, mas não se limitando, terem sido efetuadas as notificações previstas no Contrato de Garantia e atingidos os montantes de recebíveis dados em garantia conforme Cláusula 5.2.1 acima. Ademais, 1 (uma) via devidamente registrada do Contrato de Garantia deverá ser entregue ao Agente Fiduciário pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis da conclusão de seu(s) registro(s).

5.3. A Emissora e a Garantidora concordam, em caráter irrevogável e irretratável, que a totalidade de suas respectivas obrigações aqui estipuladas não se subordinam, sob qualquer forma, às garantias estipuladas nos termos do Contrato de Garantia, sendo facultado aos Debenturistas excutir as garantias prestadas. A fiança prestada pela Garantidora poderá ser excutida e exigida pelos Debenturistas, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

5.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário representando os Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

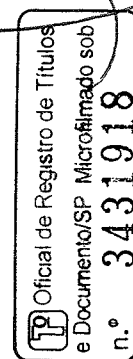
5.5. O Agente Fiduciário não pôde verificar a suficiência da Garantia Real, na data de assinatura do presente instrumento.



CLÁUSULA VI
ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

6.1. Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser realizados por escrito, assinados por todas as partes desta Escritura, e arquivados na JUCESP e nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VII
RESGATE ANTECIPADO TOTAL FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO
EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA



7.1. Resgate Antecipado Total Facultativo

7.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, em qualquer Data de Amortização e, portanto, somente a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) A Emissora deverá enviar comunicação ao Agente Fiduciário com antecedência de 20 (vinte) Dias Úteis da data prevista para o Resgate Antecipado, a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) que o resgate será total; (b) a data para o resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (c) o Prêmio de Resgate (conforme definido a seguir); e (d) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.
- (ii) O Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data do recebimento da Comunicação de Resgate Antecipado, deverá encaminhá-la à totalidade dos Debenturistas; e
- (iii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido:
 - a. da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate Antecipado"), calculada nos termos desta Escritura; e
 - b. de um prêmio sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado conforme fórmula abaixo, a depender da Data de Amortização em que o Resgate Antecipado será realizado ("Prêmio de Resgate"):

$$PR = VNU \times \text{Fator Prêmio}$$

Onde:

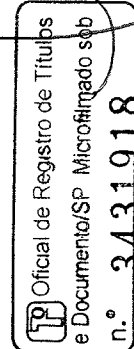
PR = Prêmio de Resgate;

VNU = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures; e

Fator Prêmio = Percentuais descritos na tabela a seguir:



DATA DE AMORTIZAÇÃO	FATOR PRÊMIO
22 de junho de 2013	1,30%
22 de dezembro de 2013	1,30%
22 de junho de 2014	1,05%
22 de dezembro de 2014	1,05%
22 de junho de 2015	0,75%
22 de dezembro de 2015	0,75%
22 de junho de 2016	0,40%
22 de dezembro de 2016	0,40%



(iv) o pagamento do Prêmio de Resgate deverá ser realizado de acordo com o disposto no item abaixo, sendo certo que as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data.

7.1.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, no caso de Resgate Antecipado, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser comunicada pela Emissora, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

7.1.3. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

7.1.4. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

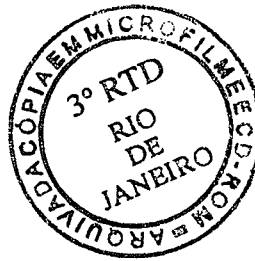
7.1.5. Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.

7.2 Amortização Extraordinária

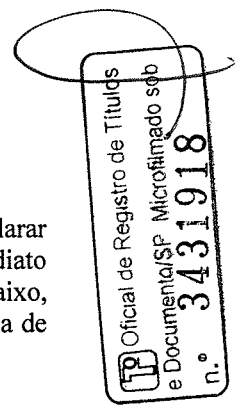
7.2.1 Não será admitida amortização extraordinária das Debêntures, seja ela total ou parcial.

7.3 Aquisição Antecipada Facultativa

7.3.1. É facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das suas demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.



18



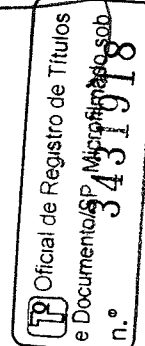
CLÁUSULA VIII VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. Observado o disposto nas Cláusulas 8.2. e 8.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou Garantidora dos valores previstos na Cláusula 8.4. abaixo, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) não pagamento, pela Emissora e/ou Garantidora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias prevista nesta Escritura, Contrato de Garantia ou Contrato de Colocação ("Documentos da Emissão"), nas datas previstas em tais instrumentos, respeitado o prazo de cura de 1 (um) Dia Útil a contar da data em que o pagamento se tornou devido;
- (ii) descumprimento pela Emissora e/ou Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nos Documentos da Emissão, não sanado em 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do respectivo inadimplemento, exceto quando houver prazo diverso expressamente definido nos Documentos da Emissão;
- (iii) descumprimento de obrigações pecuniárias, pela Emissora e/ou Garantidora e quaisquer demais controladas (a Garantidora e tais controladas, em conjunto, as "Controladas"), que não relativas às Debêntures, cujo valor principal individual ou agregado seja igual ou superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, se aplicável, em instrumentos celebrados com o Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A. ou Banco Votorantim S.A. e/ou sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos;
- (iv) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou quaisquer Controladas, que não relativa às Debêntures, no mercado local e/ou internacional, cujo valor principal individual seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o valor agregado dos principais seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou, em ambos os casos, seu equivalente em outras moedas, respeitado o prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que o pagamento se tornou devido;
- (v) decretação do vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou quaisquer Controladas, que não relativa às Debêntures, no mercado local e/ou internacional, cujo valor principal individual ou agregado seja igual ou superior a R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (vi) alienação, transferência, cessão ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre marcas de titularidade da Emissora ou suas Controladas ou sobre quaisquer participações societárias, diretas ou indiretas, detidas pela Emissora ou Garantidora nas Controladas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se envolver a alienação, transferência, cessão ou constituição de quaisquer ônus ou gravames de marcas ou participações societárias que (a) na data da ocorrência da primeira operação, em se tratando de apenas uma marca ou



19



participação societária, seu Valor de Contribuição seja igual ou inferior ao Valor Máximo Permitido ou, em se tratando de duas ou mais marcas ou participações societárias, a Somatória do Valor de Contribuição de tais marcas ou participações societárias seja igual ou inferior ao Valor Máximo Permitido, ou (b) após uma série de operações, a Somatória dos Valores de Contribuição Atualizados seja igual ou inferior ao Valor Máximo Permitido.

Para fins desta Escritura:

“Valor Máximo Permitido” significa o valor em Reais equivalente a, na data do cálculo, 10% (dez por cento) do EBTIDA dos Últimos 12 Meses consolidado da Emissora (conforme definido e calculado nos termos do item (xxv) desta Cláusula 8.1).

“Valor de Contribuição” significa, para cada marca ou participação societária, o valor em Reais da contribuição, na data do cálculo, de tal marca ou participação societária ao EBTIDA dos Últimos 12 Meses consolidado da Emissora.

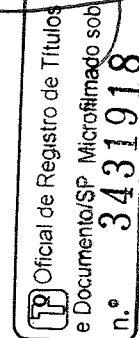
“Valor de Contribuição Atualizado” significa, para cada Valor de Contribuição, o respectivo Valor de Contribuição atualizado pelo IGP-M desde a data da alienação, transferência, cessão ou constituição de ônus ou gravames sobre a(s) marca(s) ou participação(ões) societária(s) em questão até a data do cálculo.

“Somatória dos Valores de Contribuição” significa a somatória de cada um e todos os Valores de Contribuição.

“Somatória dos Valores de Contribuição Atualizados” significa a somatória de cada um e todos os Valores de Contribuição Atualizados.

- (vii) exceto se em decorrência da realização da oferta pública inicial de ações da Emissora, perda, a qualquer outro título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD e representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Para os fins desta Cláusula 8.1 (vii), não será considerada como perda de controle societário da Emissora a substituição, como um dos acionistas controladores da Emissora, do Fundo de Investimentos em Participações – PCP por (i) outro fundo de investimento que tenha como administrador ou gestor, com poderes discricionários de decisão, a Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. ou qualquer outra sociedade controlada, sob controle comum ou que controle esta última (“Sociedade Vinci”); (ii) sociedade controlada, direta ou indiretamente, por fundo de investimento que tenha como administrador ou gestor, com poderes discricionários de decisão, qualquer Sociedade Vinci; (iii) qualquer Sociedade Vinci; ou (iv) em razão de eventual liquidação do Fundo de Investimentos em Participações – PCP com a consequente participação dos cotistas do referido fundo diretamente (ou através de outro veículo) na Emissora, observado que em qualquer hipótese acima será preservado o poder de controle direto ou indireto atualmente exercido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. em relação à Emissora;
- (viii) redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se tal redução de capital for (a) realizada em montante equivalente a até 18,6% (dezoito virgula seis por cento) do capital social da Emissora em decorrência do direito de

19

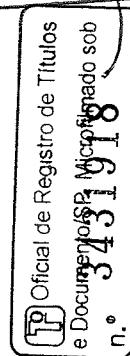


desinvestimento concedido a determinados acionistas da Emissora (antigos acionistas, diretos ou indiretos, da Garantidora) no âmbito da transação descrita no Comunicado ao Mercado publicado pela Emissora em 28 de novembro de 2011, incluindo por meio de resgate ou reembolso de ações; (b) realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; (c) em decorrência do exercício do direito de recesso, dentro do prazo legal, por parte de acionistas minoritários numa eventual aquisição feita pela Emissora nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações; ou (d) previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações;

- (ix) aprovação ou realização de quaisquer operações de cisão, incorporação, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora (incluindo transferência de marcas para fins de reorganização societária) sem a aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em AGD e representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação exceto (i) se entre a Emissora e Controladas (excluindo-se a Garantidora), desde que não resulte na cisão, extinção ou incorporação da Emissora (ou procedimento societário cujo resultado seja análogo); (ii) se entre a Garantidora e Controladas desde que não resulte na cisão, extinção ou incorporação da Garantidora (ou procedimento societário cujo resultado seja análogo); (iii) se entre Controladas (excluindo-se a Garantidora) entre si; ou (iv) a cisão da Emissora em montante equivalente a até 18,6% (dezoito virgula seis por cento) do seu capital social em decorrência do exercício do direito de desinvestimento concedido a determinados acionistas da Emissora (antigos acionistas, diretos ou indiretos, da Garantidora) no âmbito da transação descrita no Comunicado ao Mercado publicado pela Emissora em 28 de novembro de 2011;
- (x) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou da Garantidora que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado por estas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD e representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xi) o pagamento pela Emissora de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de participação no lucro estatutariamente prevista e/ou qualquer forma de remuneração aos acionistas da Emissora que, no momento da deliberação para o seu respectivo pagamento, ultrapasse o valor do dividendo mínimo obrigatório estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social em vigor na Data de Emissão das Debêntures, única e exclusivamente nos casos em que a Emissora e/ou Garantidora estiverem em mora com as obrigações objeto desta Escritura;
- (xii) transformação do tipo societário da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiii) a Emissora e/ou quaisquer Controladas sofrer(em) protestos de título(s) cujo valor agregado reclamado ultrapasse R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se o protesto (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que referido erro ou má-fé tenha sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data do protesto; (b) for cancelado dentro do prazo legal; ou (c) for garantido por



21

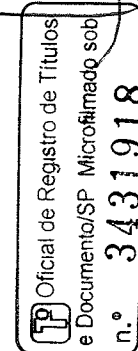


- garantias devidamente apresentadas em juízo pela Emissora ou por suas Controladas;
- (xiv) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Controladas, em valor agregado igual ou superior a R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data estipulada para o pagamento;
 - (xv) (a) decretação de falência da Emissora e/ou quaisquer Controladas; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou quaisquer Controladas; (c) pedido de falência da Emissora e/ou quaisquer Controladas, formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou quaisquer Controladas, independentemente do deferimento, concessão e/ou homologação do respectivo pedido ou plano; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou Garantidora; (f) liquidação, dissolução ou extinção de quaisquer Controladas de forma que resulte em um Efeito Material Adverso para Emissora e/ou a Garantidora; e/ou (g) a ocorrência de qualquer procedimento análogo que venha substituir os listados neste item (xv) que venha a ser criado por lei;
 - (xvi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, exceto (i) se no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora obtiver um provimento administrativo ou judicial que autorize a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção das autorizações, concessões, alvarás ou licenças respectivas; (ii) que comprovadamente não resulte em um Efeito Material Adverso para a Emissora e/ou quaisquer Controladas; ou (iii) conforme divulgado no Formulário de Referência Rubricado;
 - (xvii) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que resulte em um Efeito Material Adverso para a Emissora e/ou para a Garantidora;
 - (xviii) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades das ações do capital social da Emissora e/ou Controladas que resulte em um Efeito Material Adverso para a Emissora e/ou para a Garantidora;
 - (xix) quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora nos Documentos da Emissão provem-se falsas ou revelem-se incorretas ou enganosas ou, ainda, sejam inconsistentes ou incompletas, em qualquer caso, na data em que foram prestadas;
 - (xx) os recursos obtidos com a Emissão sejam aplicados e/ou destinados de forma diversa à prevista na presente Escritura;
 - (xxi) suspensão, por iniciativa da Emissora, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
 - (xxii) a ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

21



22

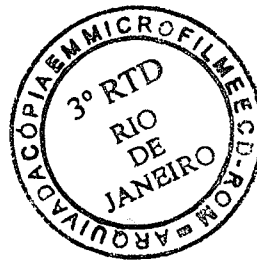


- (xxiii) a garantia prevista no Contrato de Garantia não seja constituída e aperfeiçoada nos termos e prazos estabelecidos no Contrato de Garantia, ou for anulada ou, ainda, deixar de existir ou for rescindida sem que tenha sido complementada ou reforçada nos termos do Contrato de Garantia;
- (xxiv) cessão, promessa de cessão, transferência ou de qualquer outra forma de alienação de quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, exceto se: (i) previa e expressamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia ou (ii) decorrer de operação societária que não constitua um evento de que cause o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xxv) não observância, pela Emissora, considerando suas informações financeiras em bases consolidadas, dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados pelo Agente Fiduciário ao término de cada trimestre fiscal, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento das demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela Emissora, elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e auditadas por auditor independente registrado na CVM, bem como da memória de cálculo preparada pela Emissora apontando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros em questão, sendo certo que a primeira verificação será realizada em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2012 (inclusive):
- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses da Emissora não poderá ser superior a:
 - (1) para as verificações realizadas com base nos trimestres encerrados em 31 de março de 2012 e 30 de junho de 2012 (inclusive), 3,3x (três vírgula três vezes); e
 - (2) para as verificações realizadas com base nos trimestres encerrados a partir de 30 de setembro de 2012 (inclusive), 3x (três vezes).
 - e
 - a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses da Emissora e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a:
 - (1) para as verificações realizadas com base nos trimestres encerrados em 31 de março de 2012 e 30 de junho de 2012 (inclusive), 1,75x (um vírgula setenta e cinco vezes); e
 - (2) para as verificações realizadas com base nos trimestres encerrados a partir de 30 de setembro de 2012 (inclusive), 2x (duas vezes).

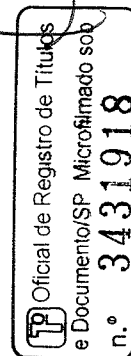
Para os fins da presente Escritura, considera-se:

“Caixa e Aplicações Financeiras” o somatório do saldo em caixa e aplicações financeiras;

22



23



“Despesa Financeira Líquida” a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos, para efeito de apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre o capital próprio e o resultado líquido de AVP (ajuste a valor presente) do contas a pagar e do contas a receber, sendo apurado em módulo se for negativo, e se for positivo, não será considerado para cálculo.

“Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses” o somatório das Despesas Financeiras Líquida trimestrais consolidadas dos 4 (quatro) últimos trimestres;

“Dívida Bruta” o saldo de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, títulos e valores mobiliários representativos de dívida no mercado de capitais local e/ou internacional, dívidas tributárias (salvo dívidas tributárias oriundas de provisões já devidamente constituídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora), saldo a pagar de operações de derivativos (incluindo operações de hedge), antecipação de recebíveis com regresso à Emissora, dívidas relacionadas a aquisições, dívidas com partes relacionadas e o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros;

“Dívida Líquida” a Dívida Bruta deduzida do saldo de Caixa e Aplicações Financeiras;

“EBITDA” o somatório (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos o imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das despesas não recorrentes ou não operacionais deduzidas das receitas não recorrentes ou não operacionais (incluindo, mas não se limitando a despesas informadas pela Emissora relacionadas com reestruturação de suas operações e sua atividade de fusões e aquisições, provisões para contingências e provisões para ajuste de variação de estoque); (v) do resultado líquido das contas operacionais de AVP (ajuste a valor presente), incluindo mas não se limitando a, do contas a pagar e do contas a receber ; e (vi) das despesas não caixa relacionadas a remuneração por plano de opções de ações; e

“EBITDA dos Últimos 12 Meses” o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos 4 (quatro) últimos trimestres.

Os índices e parâmetros financeiros descritos nesta Escritura serão apurados ao longo do prazo de vigência das Debêntures com base nas contas contábeis citadas nas respectivas definições e derivadas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, a serem preparadas trimestralmente com base nas práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) aplicáveis à Emissora na Data de Emissão, independentemente de qualquer alteração posterior.

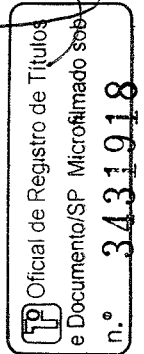
8.1.1. Os valores mencionados nos itens (iii), (iv), (v), (xiii) e (xiv) acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), ou índice que vier a substituí-lo.

8.1.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenham conhecimento de qualquer dos eventos descritos na Cláusula 8.1 acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

23



24



8.1.3 Para fins de apuração da conversão em outras moedas dos valores definidos nos subitens da Cláusula 8.1 acima, utilizar-se-á a taxa média de fechamento para compra e venda de dólares norte americanos divulgada pelo Banco Central do Brasil por meio do Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (SISBACEN), operação PTAX-800, moeda 220, opção 5, aplicável ao dia da decretação do vencimento antecipado, do inadimplemento, da realização do protesto, da citação ou da prolação da decisão ou sentença judicial ou arbitral, ou, em se tratando de outras moedas, a taxa divulgada de forma equivalente pelo Banco Central do Brasil.

8.2. Na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xv) e (xxiv) da Cláusula 8.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de AGD (exceto conforme esteja previsto nos próprios itens anteriormente identificados) e/ou aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

8.3. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 8.1 acima não listados na Cláusula 8.2 acima o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que constatar sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para deliberar sobre eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado nessas hipóteses não será declarado se, em referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, deliberarem pela não decretação do vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora e/ou Garantidora.

8.3.1. Na hipótese de não instalação da AGD mencionada na cláusula 8.3 por falta de quorum em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 8.1 acima.

8.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Pagamento Efetivo da Remuneração, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios aqui previstos (exceto no caso do evento previsto no item (i) da Cláusula 8.1, caso em que os encargos moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido nesta Cláusula 8.3 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

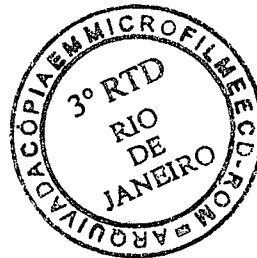
8.4.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 8.3 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

CLÁUSULA IX OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações aqui estabelecidas, a Emissora assume as seguintes obrigações:

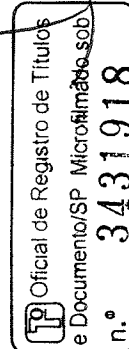
- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil, todas as informações que lhe tenham sido razoavelmente solicitadas, por escrito, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Emissão. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das

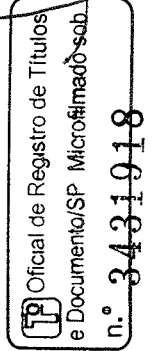
24



informações fornecidas por ela, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados por decisão administrativa ou arbitral da qual não caiba recurso ou sentença judicial transitada em julgado, decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;

- (b) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (c) prestar informações, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva citação e/ou intimação, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora de valor individual igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou de valores que no agregado (sempre da mesma natureza) sejam iguais ou superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). O valor mencionado nesta alínea será reajustado anualmente pelo IGP-M ou índice que vier a substituí-lo;
- (d) preparar demonstrações financeiras e observar as normas a elas aplicáveis em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, em especial a Instrução CVM 476;
- (e) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (f) submeter trimestralmente ao Agente Fiduciário as informações financeiras auditadas/revisadas, conforme o caso, para acompanhamento dos *covenants*. Fica desde já acordado que os *covenants* serão revisados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e na memória de cálculo disponibilizada pela Emissora. Esses índices deverão ser disponibilizados em até 10 (dez) Dias Úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos *covenants*, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras anuais a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM e publicá-las nos termos da legislação aplicável;
- (h) divulgar suas demonstrações financeiras trimestrais, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, nos prazos previstos na legislação e normas aplicáveis e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (i) enviar, anualmente, todos os dados financeiros, incluindo-se as demonstrações financeiras apuradas e auditadas pelos auditores independentes da Emissora, e atos societários, necessários à realização do relatório anual previsto no artigo 12 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias anteriores ao prazo para divulgação das suas demonstrações



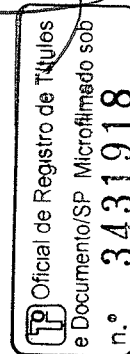


previsto na alínea “g” acima;

- (j) quando aplicáveis, cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e/ou CETIP, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (k) observar as disposições da Instrução CVM nº. 358, de 3 de janeiro de 2002 conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores os seus fatos relevantes, conforme definidos pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a ciência ou a solicitação feita pelo Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
- (n) encaminhar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 8.1, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a sua ocorrência;
- (o) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a um evento de inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo não superior a 10 (dez) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (p) contratar agência classificadora de risco de renome internacional, necessariamente a Fitch Ratings, Moodys ou Standard & Poor’s, para atribuir classificação de risco na modalidade *rating* ou *credit assessment* às Debêntures (“Agência de Rating”), obrigando-se a: (i) fazer com que a Agência de Rating publique a classificação de risco da Emissão no prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados a partir da Data de Emissão; (ii) manter a Agência de Rating contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures para que esta divulgue relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures com periodicidade, no mínimo, anual e mantenha atualizada, enquanto houver Debêntures em Circulação, a classificação de risco (*rating*) que venha a ser atribuída às Debêntures; (iii) permitir que a Agência de Rating divulgue relatório ou *súmula* de classificação de risco (*rating*) das Debêntures e suas respectivas atualizações para o Agente Fiduciário; e (iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures;
- (q) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (s) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura e de eventuais Aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP e nos Cartórios de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- (t) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais do Contrato de Garantia e de eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;



27

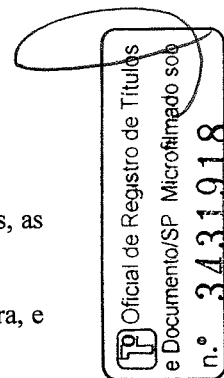


- (u) enviar ao Agente Fiduciário, semestralmente, declaração acerca da suficiência das garantias prestadas, a qual deverá ser enviada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do prazo para envio do respectivo relatório de informações trimestrais à Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM 28;
- (v) fornecer ao Agente Fiduciário, anualmente, declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura, especialmente com relação aos Índices Financeiros, com demonstrativo contendo descrição das rubricas e dos cálculos contemplados na Cláusula 8, e em caso de não cumprimento, o motivo do descumprimento;
- (w) manter, em adequado funcionamento, sua diretoria de relação com investidores ou outro órgão para atender os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (y) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (z) não realizar operações com Partes Relacionadas a taxas e condições significativamente distintas daquelas que seriam observadas em operações de mesma natureza caso realizadas com terceiros não Partes Relacionadas, exceção com relação à emissão de bônus de subscrição e mútuos *intercompany* que não deverão resultar em um Efeito Material Adverso. Para os fins desta alínea, “Partes Relacionadas” significa: (a) os acionistas ou sócios da Emissora ou suas subsidiárias; (b) todas e quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladoras de, controladas por ou coligadas a qualquer acionista ou sócio da Emissora ou suas subsidiárias; (c) o administrador da Emissora, suas subsidiárias ou suas controladas ou coligadas; (d) o cônjuge ou parente até o terceiro grau de qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora ou suas subsidiárias; ou (e) qualquer pessoa jurídica que seja controlada, direta ou indiretamente, por qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora ou suas subsidiárias ou seus respectivos cônjuges ou referidos parentes;
- (aa) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou da Garantidora, conforme aplicável, que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme aplicável, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (bb) salvo nos casos em que a Emissora esteja discutindo de boa fé a aplicabilidade da lei, regra, regulamento ou ordem nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (cc) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

27



28



9.2. As despesas a que se refere a alínea (r) da Cláusula 9.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- II. emissão de certidões;
- III. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

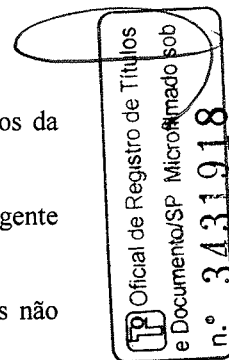
A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

10.2. Declaração

10.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

28



- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pela Garantidora, conforme o caso, sendo certo que o Agente Fiduciário não efetuou qualquer tipo de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações da Emissora ou dos Garantidores ora prestadas;
- (l) na data de assinatura da presente Escritura, verificou a suficiência da Garantia Fidejussória com base no ativo total da Garantidora, que é equivalente a mais de 100% (cem por cento) do Valor Total da Emissão, porém, não pôde verificar a suficiência da Garantia Real, nos termos da cláusula 5.5 acima, sendo certo que a constituição e exequibilidade das referidas garantias está condicionada aos registros mencionados nos itens 2.3.2. e 5.2.3. acima, conforme o caso; e
- (m) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora e/ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

10.2.2. Adicionalmente, o Agente Fiduciário declara possuir uma cópia física do Formulário de Referência da Emissora apresentado à CVM em 08 de dezembro de 2011, devidamente rubricado por Diretores da Emissora que possuam poderes para representá-la (“Formulário de Referência Rubricado”).

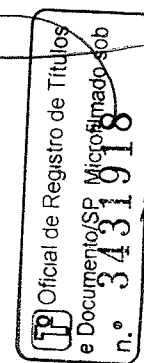
10.2.2.1. Qualquer referência a “Formulário de Referência” nesta Escritura deverá ser entendida como referência expressa ao Formulário de Referência Rubricado, sendo que qualquer questão relacionada nesta Escritura ao Formulário de Referência deverá ser analisada sob a ótica das informações constantes do Formulário de Referência Rubricado apenas.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.



30



10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

10.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

10.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

10.4. Deveres

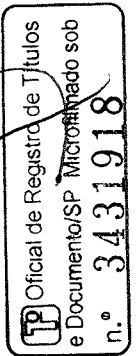
10.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

30



31

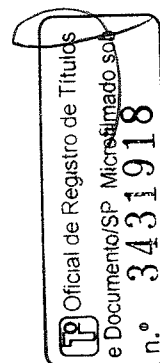


- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias;
- (i) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (j) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (k) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (m) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.2.1, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (n) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - o.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - o.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - o.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - o.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - o.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - o.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - o.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 8.1;

31



32

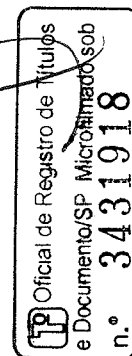


- o.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- o.9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
- o.10) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- o.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (p) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- p.1) na sede da Emissora;
- p.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- p.3) na CVM;
- p.4) na CETIP; e
- p.5) no escritório do Coordenador Líder.
- (q) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 2.2.1, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “p”;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, e/ou à CETIP;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- 1) à CVM; e
- 2) à CETIP.
- (u) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 8.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (v) calcular, em conjunto com a Emissora, o valor da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

32



33



10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura e do Contrato de Garantia, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora e/ou da Garantidora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, intervenção, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, cobrança e/ou execução da Emissora e/ou da Garantidora.

10.5.2. Observado o disposto na Cláusula 8.2, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “b” da Cláusula 10.5.1, quando convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de titulares representando a totalidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea “d” da Cláusula 10.5.1.

10.5.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

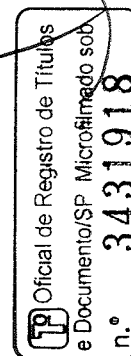
10.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

10.5.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

33



34



10.6. Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- (b) Adicionalmente, serão devidas parcelas mensais de R\$530,00 (quinhentos e trinta reais) para verificação mensal nos termos do Contrato de Garantia. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (c) no caso de celebração de Aditamentos à Escritura e ao Contrato de Garantia, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- (d) em caso de mora no pagamento da remuneração prevista nos itens 10.6.1. (a), (b) e (c) os débitos em atraso ficarão sujeitos à mesma multa prevista na cláusula 4.7 acima.
- (e) a remuneração prevista nas alíneas (a), (b) e (c) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e
- (f) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M a partir da Data de Emissão;

10.6.2. As parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos seguintes impostos vigentes à época do pagamento: Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração, excetuando-se a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e o Imposto de Renda (IR).

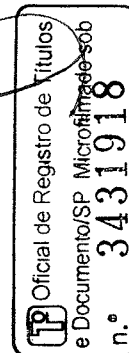
10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoavelmente incorridas e comprovadas que tenha no estrito cumprimento de sua função de proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos

34



35



desta Escritura, incluindo-se também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

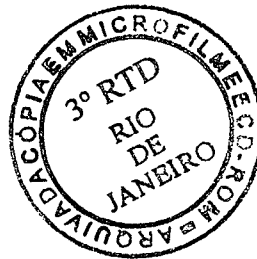
10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em até 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que sejam razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

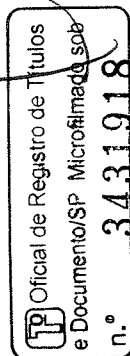
10.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.7.1 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) despesas com registros, caso sejam realizados pelo Agente Fiduciário;
- (f) despesas de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que devidamente comprovadas à Emissora; e
- (g) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

35



36



CLÁUSULA XI ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2, ou pela CVM.

11.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura. Independentemente das formalidades legais previstas, será considerada regular a assembleia a que comparecerem todos os Debenturistas.

11.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

11.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

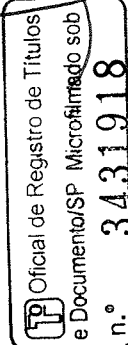
11.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

36



37



11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

11.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 11.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

11.4.3. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a data de pagamento efetivo da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nesta Escritura; (vi) modificação dos quora de deliberação estabelecidos nesta cláusula; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula IX desta Escritura; (viii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula X desta Escritura; ou (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula XI desta Escritura.

CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

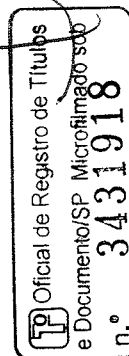
12.1. A Emissora e a Garantidora declaram e garantem aos Debenturistas, nesta data, que:

- (a) a Emissora é empresa devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a Garantidora é empresa devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (c) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e do Contrato de Garantia (em conjunto, os "Documentos da Emissão") e o cumprimento de suas respectivas obrigações pela Emissora e pela Garantidora não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida por elas ou suas controladas;
- (d) os Documentos da Emissão constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes da Emissora e da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração dos Documentos da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora, a Garantidora e suas controladas sejam parte nem resultarão em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo

37



38



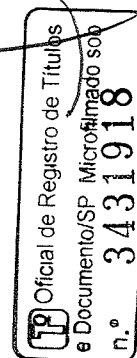
ou bem da Emissora, Garantidora e suas demais controladas, com exceção do ônus criado nos termos do Contrato de Garantia;

- (f) estão devidamente autorizadas a celebrar os Documentos da Emissão e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias à emissão das Debêntures e concessão da fiança (pela Garantidora) e Garantia Real, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto com relação aos trâmites burocráticos de registro perante as juntas comerciais e no Cartório de Títulos e Documentos, conforme o caso;
- (g) as obrigações da Emissora e da Garantidora nos termos dos Documentos da Emissão constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas com relação a todas as demais dívidas e obrigações da Emissora e da Garantidora, ressalvados os privilégios ou preferências estabelecidas por lei;
- (h) a Emissora e as Controladas declararam e pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, exceto (i) quando o não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso e/ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, a Garantidora e suas controladas, conforme o caso, tenham feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) a Emissora e as Controladas cumprem em todos os aspectos relevantes com todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto (i) com relação àquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados e/ou (ii) na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (j) a Emissora e as Controladas cumprem, em todos os seus aspectos relevantes, com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, incluindo, sem limitar, ambientais (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e/ou (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (k) a Emissora e as Controladas, nesta data e, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso, (i) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, exceto conforme divulgado no Formulário de Referência Rubricado; (ii) estão observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possam estar obrigados;

38



39

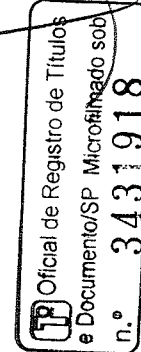


- (l) a Emissora e as Controladas estão observando e cumprindo seus respectivos estatutos sociais e o cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (m) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou ambientais contra Emissora, a Garantidora e suas controladas, que poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, exceto aquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados e/ou aquelas conforme divulgado no Formulário de Referência Rubricado;
- (n) Emissora, a Garantidora e suas controladas mantêm cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas e não possuem qualquer razão para acreditar que não conseguirão renovar os seguros existentes quando expirar as respectivas coberturas ou obterem cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;
- (o) Emissora e as Controladas mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da sua administração; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos seus ativos; (iii) o acesso aos seus ativos seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados na suas contabilidades comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (p) a Emissora e/ou as Controladas possuem e/ou detêm, no Brasil, o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-los a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (q) no melhor conhecimento de boa fé da Emissora, todas as informações prestadas pela Emissora até a data de celebração desta Escritura são corretas, verdadeiras e precisas em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam incorretas, enganosas ou imprecisas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (r) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao período de 12 (doze) meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 09 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2011 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na

39



40



data em que foram preparadas e refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período e foram, respectivamente, auditadas e objeto de revisão limitada pela Deloitte, Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

- (s) as demonstrações financeiras da Emissora acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum fato que pudesse causar um Efeito Material Adverso à Emissora e Controladas;
- (t) todas as informações contidas no Formulário de Referência Rubricado são corretas, verdadeiras e precisas em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante que façam com que referidas informações sejam incorretas, enganosas ou imprecisas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (u) o Formulário de Referência Rubricado foi elaborado e atualizado de acordo com as normas emanadas pela CVM, e desde a data de sua última atualização, não houve nenhum fato que pudesse causar um Efeito Material Adverso à Emissora e Controladas; e
- (v) a Emissora e a Garantidora não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição.

12.1.1. A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

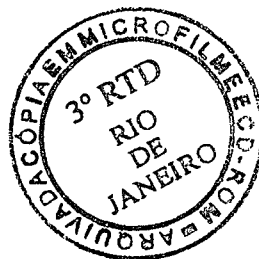
12.1.2. Para fins desta Escritura, “Efeito Material Adverso” significa qualquer circunstância ou fato, que modifique adversa e negativamente a condição econômico-financeira da Emissora e/ou da Garantidora, inviabilizando sua capacidade de cumprir com suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão e da emissão das Debêntures.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

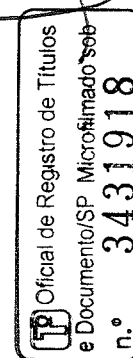
13.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os endereços abaixo descritos e serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços abaixo. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem:

40



41

**Para a Emissora:****Inbrands S.A.**

Rua Coronel Luis Barroso, nº 151

CEP 04750-030 – São Paulo, SP

At.: Srs. Arnaldo Faissol ou Daniel Carneiro

Telefones: (11) 2186-9000 ou (21) 3923-9661

Fax: (11) 2186-9037

e-mail: arnaldo.faissol@inbrands.com.br / daniel.carneiro@inbrands.com.br

Para a Garantidora:**Companhia de Marcas**

Rua São Miguel, nº 11, parte

CEP 20530-420 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Srs. Arnaldo Faissol ou Daniel Carneiro

Telefones: (11) 2186-9000 ou (21) 3923-9661

Fax: (11) 2186-9037

e-mail: arnaldo.faissol@inbrands.com.br / daniel.carneiro@inbrands.com.br

Para o Agente Fiduciário:**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

CEP 22640-100, Rio de Janeiro - RJ

At: Gustavo Dezouart

Monique da Silva Garcia

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

Email: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br

ger3.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:**Itaú Unibanco S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar

São Paulo – SP – CEP 04309-010

Tel.: (11) 115029-1910 / (11) 5029-4610

Fax.: (11) 5029-1920

At.: Claudia Vasconcellos / Dalmir Coelho

Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br / dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

Para a Instituição Custodiante:**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar

São Paulo – SP – CEP 04309-010

Tel.: (11) 115029-1910 / (11) 5029-4610

Fax.: (11) 5029-1920

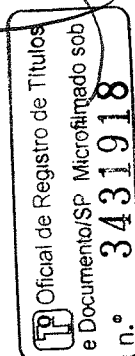
At.: Claudia Vasconcellos / Dalmir Coelho

Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br / dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

41



42

**Para a CETIP**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663/4º andar
São Paulo, SP - CEP 01452-001
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

13.1.2. A mudança de qualquer dos endereços acima das partes desta Escritura deverá ser comunicada às demais partes, pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

13.1.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 13.1.2 acima serão arcados pela parte inadimplente.

13.1.4. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das partes.

13.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das Partes aqui contratadas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro dos Documentos da Operação e seus eventuais Aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida e deverá ser interpretada pelas leis da República Federativa do Brasil.

13.5. Foro

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 22 de dezembro de 2011.

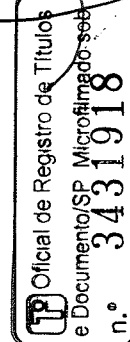
[REstante da página intencionalmente deixado em branco.
SEGUem páginas de assinaturas]

42

28 DEZ 1023844

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CARLONI - RJ

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS FIDEJUSSÓRIA E REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA INBRANDS S.A.]



INBRANDS S.A.

por:

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Bruno Medeiros", written over a horizontal line.

Bruno Medeiros
Diretor

por:

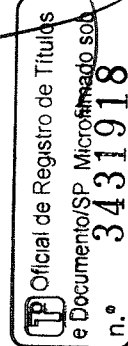
A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Arnaldo Faissol Mendes", written over a horizontal line.

Arnaldo Faissol Mendes
Diretor

28 DEZ 2010 1023844

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS FIDEJUSSÓRIA E REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA INBRANDS S.A.]



COMPANHIA DE MARCAS

por:

BRUNO MEZEIROS


DIRETOR

por:

ARNALDO FAISSOL MENDES

DIRETOR

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ


Oficial de Registro de Títulos e Documentos/SP Microfilmado sob n.º **3431918**

por: Nina Bueno Lahóz Moya
Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Font
Procuradora

por:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Pedro Henrique V.C. de Oliveira
 NOME: Pedro Henrique V.C. de Oliveira
 R.G.: 38.453.632-4 / 558-58
 CPF/MF: 365.777.128-08

NAME: ~~F. O. M. S. Sewe~~
R.G.: ~~21-6810395 SSP/SP~~
CPF/MF: ~~182.781.020-99~~

SELO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua da Cantanda, 52/3, and. Centro - Rio de Janeiro - RJ

Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
 protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO

☐ Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
☐ Miriam Sant'Ana Castelpoggi - 1.º Oficial Substituto
☐ Ricardo V. Mouzinho Antunes - 2.º Oficial Substituto

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA
 REGISTRAL
 RJ
 1ATO
 RSM193099
 RIO DE JANEIRO

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.995/0001-25
Av. Paulista, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP
Protocolado e prenotado sob o n. **3.432.683** em
23/12/2011 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **3.432.918**, em títulos e documentos.
São Paulo, 23 de dezembro de 2011

Emol.	R\$ 7.052,99
Estado	R\$ 2.004,54
Ipsesp	R\$ 1.484,84
R. Civil	R\$ 371,21
T. Justiça	R\$ 371,21
Total	R\$ 11.284,79

DANILO DE MORAES OLIVEIRA

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial
Danilo de Moraes Oliveira - Oficial Substituto

T Oficial de Registro de Tts. e Docs.
 Conferido e Registrado Por:
 Charles da Silva Pedro